



NEPAN

# MUIRAQUITÃ

## Revista de Letras e Humanidades

### APRESENTAÇÃO

#### LÍNGUA(GENS), IDENTIDADES E ALTERIDADES EM TEMPOS DE INCERTEZAS

Embora a estranha proferisse sons articulados e parecesse possuir linguagem própria, tive a impressão de que não entendia os moradores, nem eles a ela. Trocaram muitos sinais que não entendi, mas vi que a presença da jovem inundava de alegria o ambiente, desfazendo a tristeza, como o sol dissipa a névoa da manhã Félix exultava. Agatha, sempre gentil, beijou também as mãos da estranha e, apontando para seu irmão, fez gestos que pareciam significar que ele se sentira melancólico antes de sua chegada. Assim se passaram algumas horas em que eles, exprimindo-se a seu modo, comunicavam-se com vivacidade, externando um contentamento com cuja causa eu não atinava. Aos poucos, pela maneira com que ela repetia os sons que eles pronunciavam, deduzi que ela se esforçava por aprender a língua deles, e ocorreu-me então que eu deveria tentar a mesma coisa. A forasteira aprendeu cerca de vinte palavras na primeira lição, em sua maioria aquelas que eu já compreendia, mas também aprendi outras.

(Frankenstein de Mary Shelley, p. 112)

O excerto retirado de Frankenstein de Mary Shelley, um dos grandes clássicos da literatura mundial, retrata o estranhamento que não impediu a inter-relação linguística. Em uma atitude de aceitação, sejam por quais motivos forem, a personagem entremeia a barreira da comunicação e se efetiva entre os “não iguais”. O fato de não falar a mesma língua das pessoas que conhece não impossibilita a relação social. Diferentemente da cena construída por Shelley, os diversos acontecimentos geopolíticos no Brasil e no mundo estão ocasionando o desenvolvimento de práticas institucionais de combate às alteridades, nos colocando em situação de incertezas (BAUMAN, 2007); a intolerância ao diferente e de enfrentamento de liberdades individuais e grupais são constantes e incentivadas, principalmente, pelos tentáculos “socialmente fluidos” da rede mundial de computadores. As diversas formas de existir estão à mercê de práticas fascistas de governos autoritários e imbricadores de políticas do medo e da barbárie; a criação de tentativas de impedimento dos diferentes trânsitos e deslocamentos pelos diversos lugares do mundo são alternativas conscientemente lúgubres da incompreensão da existência para além dos tratados econômicos. Dialeticamente, essas ações não impedem, de maneira alguma, o ir e o devir dos grupos minorizados. Políticas de institucionalização de barreiras que investem em um impedimento de relações entre grupos, como o caso do muro outorgado pelo presidente norte-americano Donald Trump na fronteira dos

Estados Unidos com o México, ou as diferentes práticas institucionais do governo Jair Bolsonaro que flexibiliza a entrada de diferentes grupos empresariais para a invasão de territórios indígenas (dentre outras ações que diretamente infringem direitos humanos), permitindo dessa forma, a exploração de terras e aumentando as diferentes práticas de desmatamento, sobretudo, em território amazônico; tanto lá, como cá – e que, não por acaso, são governos que estão de mãos dadas, com uma total subserviência brasileira – há forças hegemônicas que preconizam e, por conseguinte, promovem as inter-relações intergrupais e as práticas de inter-relação linguística por meio da imposição do poder e a diminuição dos subjugados pela economia exploradora e beneficiadora de elites locais e internacionais. São as relações de poder às quais grupos sociais invisibilizados e, portanto, minorizados enfrentam por meio de formas de resistência; esse enfrentamento, obviamente, não é direto, mas, propriamente, linguístico-discursivo. Desde tempos de colonização, o poderio colonial não impediu o contato entre línguas – pelo contrário, promoveu o inevitável – e, portanto, o recente Brasil é o resultado de ações sangrentas e genocidas que se tornou um caldeirão de línguas em relação. Muitas línguas indígenas resistiram, em relação às variedades do português, influenciando-as, inclusive; o português, como língua majoritária, se constitui na fala de indígenas, é o que Maher chama de “ser índio em português” (MAHER, 1996; 2016; 2016). Talvez, seja nas línguas que as formas de resistência ao poder aparecem de maneira mais forte e nítida; resquícios de línguas africanas permaneceram no português em um entremeado laço de cooperação, resistindo, particularmente, na fala de quilombolas ou como “línguas ritualísticas” (OLIVEIRA; SOUZA, 2016). Sujeitos surdos, embora tenham sido beneficiados com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Lei 10.436 de 24 de abril de 2002), sofrem com o descaso público que não desenvolve políticas linguísticas. Permanecem as ações linguísticas homogeneizadoras; mesmo assim, indivíduos surdos seguem falando/usando as variedades da Libras pelo Brasil. Nos entremeios ou “entre-lugares”, povos indígenas, quilombolas, populações de periferias, sujeitos surdos e quaisquer outros grupos marginalizados vão construindo suas identidades que, permeadas pelas práticas languageiras, se (re) constituem e (re)existem às políticas de enfrentamento das alteridades.

Nesse contexto histórico-sócio-político-cultural pelo qual passa o Brasil e o mundo, o dossiê “Línguas e Literaturas Indígenas: narrativas, práticas de bilinguismo e situações de conflitos linguísticos” é um espaço da revista Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre, para divulgar trabalhos que versam sobre situações de contato linguístico que são permeados por conflitos, cuja base é a relação de poder assimétrica. Além de ser um espaço de discussão e divulgação, neste dossiê, pretendemos que os trabalhos aqui expostos sejam uma forma de mostrar diferentes possibilidades de “existir” permeadas, em destaque, pelas língua(gens). Nesse sentido, o primeiro artigo desse dossiê, intitulado **A Memória Pré-hispânica de Malinche: o Patrimônio Cultural do Povo Mexica**, de Lelis de Oliveira, traz uma discussão importante sobre a construção narrativa do livro Malinche (2006), da escritora mexicana Laura Esquivel, em que há uma construção literária dos aspectos culturais do povo Mexica (ou astecas) em relação à imposição cultural advinda do contato com os espanhóis.

No segundo artigo, **O Resgate de uma Língua: a Construção da Escrita Quéchuá**, Cabral descreve aspectos históricos e sociais de uso da língua Quéchuá no Peru, sobretudo, em sua variedade escrita; o texto se centra na possibilidade de a escrita quéchuá resgatar características culturais milenares dos povos andinos. Nesse ínterim, a autora mostra possibilidades de formas

contemporâneas de resgate da escrita dessa língua para proporcionar relações entre conhecimentos milenares e conhecimentos atuais.

No terceiro artigo, **Os 153 Etnônimos das Bacias do Juruá, Purus e Entorno, elaborado por Rivet e Tastevin (1921): uma Fonte Atual para a Etnogênese da Região Acriana**, Apontes apresenta uma tradução simplificada do artigo *Les tribos indiennes des bassins du Purús, du Juruá et des régions limitrophes* de Rivet e Tastevin de 1921. No texto, o autor relata que essa tradução tem o propósito de divulgar a lista dos autores/navegadores como uma forma de contribuir com pesquisas comparativas que versam sobre a compreensão dos etnônimos nas regiões das quais há referências no trabalho traduzido, além de contribuir para uma compreensão das etnias da região em destaque.

O texto **Os Discursos Étnicos Raciais no Processo de Construção da Identidade Indígena na Amazônia**, quarto artigo na ordem deste dossiê, de Silva, é uma reflexão sobre o papel da educação nas práticas cotidianas escolares de grupos indígenas que tentam preservar traços tradicionais de povos originários.

Messina e Di Somma, no quinto artigo intitulado **The “Dispatch of Education” to “Rural communities” for “National Unity”: the Magical Buzzwords of Cultural Genocide**, descrevem as principais características de uma apresentação que fizeram no I Seminário Internacional de Educación Rural, evento sediado no Peru, entre as cidades de Lircay e Lima. Na ocasião, os autores discutiram questões em torno da educação “rural” e “bilíngue”, mostrando que esses conceitos são usados como sinônimos de “despolitização” e “neutralização” de “indigeneidades”. Por meio de dados gerados pela prática teórico-metodológica advinda da Linguística de Corpus, Messina e Di Somma identificam ações de “genocídio cultural”.

Twardowsky Avila e Milton, no sexto artigo denominado **Tradução, Interpretação e Multilinguismo na Municipalidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)**, descrevem aspectos históricos do contato entre línguas indígenas e o português na região do Alto Rio Negro, mais precisamente no município de São Gabriel da Cachoeira (AM); os autores mostram que, apesar do município ter oficializado o uso das línguas indígenas Neengatu, Baniwa e Tukano, nas práticas sociais cotidianas, o uso dessas línguas é subjugado ao uso do português em diferentes instâncias públicas. Além disso, o artigo examina o estado da arte de traduções de cunho religioso para essas línguas e descreve o trabalho de tradução de obras literárias para o Neengatu realizado na Universidade de São Paulo (USP).

No sétimo artigo **Restrições à Acessibilidade das Construções Relativas em Línguas dos Troncos Tupí e Macro-Jê**, Oliveira-Codinhoto, por meio da análise de oito línguas indígenas brasileiras dos troncos linguísticos Tupí e Macro-jê, com descrições previamente feitas, discute restrições à acessibilidade das orações relativas em línguas Tupí e Macro-Jê, buscando evidências que confirmem a revisão da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977) proposta por Dik (1997); na ocasião, apresenta questões empíricas e teóricas que discutem a universalidade dos construtos sintáticos nas línguas.

No oitavo artigo de Ferreira, **Demanda por um Curso de Licenciatura em Língua Indígena na UFRR**, discute e descreve questões diversas referentes à necessidade de criação de um curso de formação superior em língua indígena na Universidade Federal de Roraima, atendendo a uma demanda da contemporaneidade que requer cursos de formação de professores interessados em se profissionalizar em uma língua indígena.

Por fim, gostaria de agradecer às autoras e aos autores que se dispuseram a publicar resultados de suas pesquisas neste dossiê e agradecer, também, à equipe editorial da Muiraquitã: Revista

de Letras e Humanidades pelos esforços em concretizar mais um número dessa revista, diante de tantas dificuldades, resultantes de incertezas e inoperâncias do bem público.

Shelton Souza

*Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.  
Professor de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Federal do Acre/Ufac.*

#### REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MAHER, T. M. J. **Ser professor sendo índio**: questões de Língua(gem) e Identidade. Tese de doutorado: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sendo índio na cidade**: mobilidade, repertório linguístico e tecnologias. Revista da Anpoll. v. 1, n. 40, ano 2016.

\_\_\_\_\_. **Do étnico ao pan-étnico**: negociando e performatizando identidades indígenas. Revista Delta, núm. 32.3, ano 2016.

OLIVEIRA, O. L.; SOUZA, S. L. A relação entre língua, nação e identidade no candomblé acreano. Revista Tropos, vol. 5, n. 2, ano 2016.

SHELLEY, M. **Frankenstein**. São Paulo: Martin Claret, 2004.